



**A integração da infraestrutura sul-americana: *neodesenvolvimentismo* e *neoextrativismo* brasileiro nos governos Lula da Silva (2003-2010) e o eixo Brasil-Bolívia-Peru nos marcos da IIRSA**

**La integración de la infraestructura sudamericana: el *neo-desarrollismo* y *neoextractivismo* brasileño en Lula da Silva (2003-2010) y el papel de la IIRSA en el eje Brasil-Bolivia-Perú**

Rafael Teixeira de Lima

Graduado em Relações Internacionais pela Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP); Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Integração Contemporânea da América Latina (PPGICAL) da Universidade Federal da Integração Latino-americana (UNILA); E-mail: rafatdelima@gmail.com.

**RESUMO**

O objeto deste trabalho é apresentar estratégias de integração da infraestrutura regional propostas pelo presidente brasileiro Lula da Silva à Bolívia e ao Peru. Busca-se trabalhar com a ideia de construção de um *neodesenvolvimentismo* para a região, com a consolidação de mecanismos institucionais que garantiram e fortaleceram tais projetos. O enfoque dado à Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) em seu eixo Brasil-Bolívia-Peru tem por finalidade discutir os reais interesses da integração regional sob o protagonismo do Brasil, a verificar se o modelo adotado permite à região um desenvolvimento estruturado e equilibrado, atuando na redução de assimetrias e de benefícios aos povos vizinhos, ou se questões como o *neoextrativismo*, suscitados pelos projetos *neodesenvolvimentistas* promovem uma transferência ou reordenamento das dependências a novas forças transnacionais.

**PALAVRAS-CHAVE:** Integração Regional; Política externa Lula; *Neodesenvolvimentismo*; Infraestrutura; IIRSA.

**RESUMEN**

El objeto de este trabajo es presentar las estrategias de integración de la infraestructura regional propuestas por el presidente de Brasil, Lula da Silva a Bolivia y Perú. Buscamos trabajar con la idea de construcción de un *neo-desarrollismo* para la región, con la consolidación de mecanismos institucionales que garantizaron y reforzaron tales proyectos. El enfoque dado a la Iniciativa para la Integración de la

Infraestrutura Regional Sudamericana (IIRSA) en su eje Brasil-Bolivia-Perú tiene como objetivo discutir los intereses reales de la integración regional bajo el liderazgo de Brasil, para verificar si el modelo adoptado permite a la región un desarrollo estructurado y equilibrado, que trabaja para reducir las asimetrías y beneficiar a los pueblos vecinos, o si cuestiones tales como el *neoextractivismo*, planteadas por los proyectos *neo-desarrollistas* promoven una transferencia o reorganización de las dependencias a nuevas fuerzas transnacionales.

**PALABRAS CLAVE:** Integración Regional; La política exterior de Lula; *Neo-desarrollismo*; Infraestructura; IIRSA.

## INTRODUÇÃO

No presente artigo, busca-se articular a estratégia do *neodesenvolvimentismo* com a política de integração regional praticada por Lula da Silva (2003-2010) à Bolívia e ao Peru, discutindo como a implementação de tais megaprojetos suscitam impactos ambientais e sociais nas dinâmicas regionais de cada país, podendo ser associados ao *neoextrativismo*, como um produto do desenvolvimento econômico.

No primeiro capítulo, introduz-se a conceituação de *neodesenvolvimentismo* proposta por Bresser-Pereira, trazendo a análise crítica de Cláudio Katz, ao fazer paralelos entre o pensamento cepalino clássico, com as concepções dessa nova estratégia vinculada à dinâmica do regionalismo aberto e como pensar as fases do governo Lula à luz desses conceitos substancialmente econômicos.

O segundo capítulo trata de trazer a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) ao debate sobre o modelo de integração regional proposto em relação com os interesses e as oportunidades que tanto o governo brasileiro vislumbrava quanto segmentos do setor privado nacional. O terceiro e último capítulo faz referência especificamente ao Eixo Brasil-Bolívia-Peru da IIRSA, apresentando seu caráter estratégico e a relevância em estudá-lo, além de aspectos da integração regional proposta que permitem associá-la a um modelo de desenvolvimento pautado pelo *neoextrativismo*.

## **NEODESENVOLVIMENTISMO E OS GOVERNOS LULA DA SILVA**

O mundo do pós II Guerra Mundial foi marcado por um reordenamento das forças internacionais no campo político, com a criação das instituições de Bretton Woods para regulamentar o campo econômico, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Internacional para a Reconstrução e o Desenvolvimento (BIRD) e a criação do Acordo Geral de Tarifas e Comércio (GATT) em 1947, para reger os interesses protecionistas do comércio dos países desenvolvidos.

Inserida no mesmo contexto, surgiu uma corrente de pensamento na América Latina, que ganha notoriedade com a Comissão Econômica para a América Latina (CEPAL), que buscava entender e diferenciar as realidades sócio-econômicas dos países desenvolvidos das dos demais, denominados subdesenvolvidos (FURTADO, 2000). Nesse contexto, a CEPAL buscava estudar a realidade latino-americana, resgatando sua dimensão histórica, de modo a promover instrumentos que levassem ao desenvolvimento econômico, segundo a lógica de superação da condição de periferia no sistema internacional.

Dessa forma, a industrialização era entendida como instrumento fundamental para se alcançar o desenvolvimento da região, seja para absorver a crescente disponibilidade de mão-de-obra; pelo incremento do fator tecnológico, que propiciaria a elevação das exportações e da produtividade, levando ao crescimento econômico; e para romper com a deterioração dos termos de intercâmbio, que assolavam os países latino-americanos pela exportação de bens de baixo valor agregado (matérias-primas e *commodities*) e importação de bens de alto valor agregado (tecnológicos), por meio do modelo de substituição das importações (PRÉBISCH, 2000).

Segundo Bresser-Pereira, o Brasil e outros países latino-americanos cresceram em ritmo extraordinário entre os anos 1930 e 1970, por fatores como a fragilidade do centro nos anos 1930 para formular estratégias nacionais de desenvolvimento, a promoção de poupança forçada pelo Estado e a proteção da indústria nascente nacional com a ideia de industrialização por substituição de importações (ISI), de forma que:

O Estado deveria fazer investimentos diretos em infraestrutura e em certas indústrias de base cujos riscos e necessidades de capital eram grandes. Essa estratégia foi chamada de *nacional-desenvolvimentismo*. Esse nome tinha por objetivo enfatizar que, em primeiro lugar, o objetivo básico da política era promover o desenvolvimento econômico e, em segundo lugar, para que isso acontecesse, a nação – ou seja, os empresários, a burocracia do Estado, as classes médias e os trabalhadores unidos na competição internacional – precisava definir os meios para alcançar esse objetivo no âmbito do sistema capitalista, tendo o Estado como o principal instrumento da ação coletiva. (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 6)

Levando em consideração as contribuições da teoria cepalina do estruturalismo latino-americano, Bresser-Pereira e mais um conjunto de economistas e cientistas sociais acreditam na viabilização de uma estratégia alternativa ao Consenso de Washington, por ele denominado “ortodoxia convencional”, que ganha força a partir da década de 1980, com as discussões e impactos da globalização e da expansão da ideia de regionalismo aberto dentro da própria CEPAL. A partir dessa contraposição surge a definição de *neodesenvolvimentismo*, como:

Um conjunto de valores, ideias, instituições e políticas econômicas através das quais, no início do século XXI, os países de renda média procuram alcançar os países desenvolvidos. Não é uma teoria econômica, mas uma estratégia; uma estratégia nacional de desenvolvimento, baseada principalmente na macroeconomia keynesiana e na teoria econômica do desenvolvimento. É o conjunto de ideias que permite aos países em desenvolvimento rejeitarem as propostas e pressões dos países ricos por políticas econômicas e de reforma, como a liberalização da conta de capital e o crescimento com poupança externa, na medida em que essas propostas são tentativas neoimperialistas de neutralizar o crescimento econômico dos países concorrentes (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 17).

O autor complementa sua definição ao afirmar que, ao se constituir como um “terceiro discurso” entre o velho desenvolvimentismo e a ortodoxia convencional, como expressão prática da ideologia neoliberal, “é o meio pelo qual empresários, funcionários governamentais, trabalhadores e intelectuais podem juntos se constituir como uma verdadeira nação para promover o desenvolvimento econômico”, considerando a globalização como uma grande oportunidade aos países medianos, se as vantagens comerciais forem aproveitadas, evitando os perigos financeiros (BRESSER-PEREIRA, 2010, p. 17).

Cláudio Katz sintetiza a estratégia *neodesenvolvimentista* em cinco caminhos: intensificar a intervenção Estatal para emergir do subdesenvolvimento; política econômica como instrumento central de crescimento; retomar a industrialização para multiplicar o emprego urbano; reduzir a defasagem tecnológica; e, por fim, limitar o avanço exportador do sudeste asiático (KATZ, 2016, p. 161).

Partindo da incompatibilidade da ideia de combinar o aumento da competitividade internacional do país com a proteção da mão-de-obra, dos pobres e do meio-ambiente, Katz apresenta críticas ao novo projeto de desenvolvimento proposto, uma vez que ocorre a incorporação do setor do agronegócio como um dos elementos da organização produtiva brasileira:

No novo cenário, os neodesenvolvimentistas preveem processos de crescimento em coalizão com o agronegócio. O velho conflito com a oligarquia exportadora foi diluído e os antigos adversários são convocados a forjar um bloco comum. A conversão dos produtores agrícolas em novos empresários recriou a solidariedade capitalista entre os endinheirados do campo e da cidade. A tradicional composição entre o liberalismo agrário e o protecionismo urbano diminuiu, e o neodesenvolvimentismo visualiza a agroexportação como uma potencial fornecedora de divisas para a reindustrialização (KATZ, 2016, p. 162).

Katz também destaca a incorporação do regionalismo aberto à CEPAL dos anos 1990 e o *neodesenvolvimentismo* como um produto dessa nova fase, que tenta conciliar o inconciliável:

O neodesenvolvimentismo atual é um afilhado dessa trajetória conservadora. Por isso, reforça a extinção da CEPAL como referência do pensamento crítico. Essa instituição tem se transformado em um organismo técnico, de acompanhamento da conjuntura, que evita qualquer comentário desagradável para o *establishment*. Os teóricos neodesenvolvimentistas exibem ambições mais limitadas do que seus antecessores, legitimam a especialização primário-exportadora e abandonam o léxico anti-imperialista. É certo que tentam recompor a débil influência da indústria, mas apenas introduzindo leves ajustes dentro do mesmo bloco dominante. Promovem subsídios aos capitalistas manufatureiros muito inferior à enorme porção apropriada pelos setores financeiros e buscam um novo equilíbrio com o agronegócio (KATZ, 2016, p. 183).

Trazer o debate do neodesenvolvimentismo para a análise dos governos Lula no Brasil nos remete a várias posições distintas. Há muitos autores que acreditam que o primeiro governo do presidente brasileiro não apresentava grandes transformações na política econômica e que, o Partido dos Trabalhadores (PT) teria chegado ao governo com explícita aprovação dos grandes grupos capitalistas, sendo assim, um período de “social-liberalismo” ou “neoliberalismo atenuado”.

Katz desenvolve três posições distintas que caracterizam os governos Lula frente ao *neodesenvolvimentismo*. A primeira acredita que durante o seu segundo mandato, houve um aprofundamento do *neodesenvolvimentismo*, mediante concessões ao grande capital (altas taxas de juros, tributação regressiva, proeminência do agronegócio) para reintroduzir a política industrial, promovendo a ampliação dos investimentos públicos, o estímulo ao consumo, mediante ampliação da ajuda social e do salário mínimo.

Uma segunda posição que acredita na continuidade do período neoliberal, de abertura ao capital estrangeiro, desnacionalização e dependência tecnológica, não sendo possível associá-lo ao neodesenvolvimentismo. E uma terceira que acredita em uma política híbrida para caracterizar o período, ou seja, ao mesmo tempo em que ocorrem mudanças, novas políticas fiscais de estímulo produtivo,

investimento público e expansão do Bolsa Família, o que viabiliza o crescimento, não gerou um programa coerente, mesclando uma fase inicial da estratégia macroeconômica neoliberal com uma segunda de cunho *neodesenvolvimentista* (KATZ, 2016, p. 202).

## **A QUESTÃO DA INFRAESTRUTURA NA POLÍTICA DE INTEGRAÇÃO REGIONAL: HISTÓRICO DA IIRSA**

Para Darc Costa, ex-vice-presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) no início do primeiro governo Lula e um importante teórico brasileiro da integração regional, “o projeto de integração da América do Sul deve ser concebido como um grande plano de desenvolvimento para o continente” (COSTA, 2010, p. 47), de forma a priorizar dois fatores fundamentais: uma teia de cadeias produtivas e a infraestrutura física. Seguindo a mesma lógica, Ariel Pares, coordenador da IIRSA no Brasil em 2007, define a organização como “um conjunto de obras baseado num planejamento cuja ambição...é um projeto de desenvolvimento” (VERDUM, 2007, p. 25).

Dessa forma, é atribuído ao desenvolvimento o papel estratégico da produção de energia, que possibilite a ampliação da densidade industrial e da intensidade da atividade agrícola no continente “aproximando-nos dos níveis de desenvolvimento da Europa atual” (COSTA, 2010). Dessa forma, o sentido da integração proposta é o de levar o *desenvolvimento* a todos os povos do continente, integrando mercados produtivos, ou seja:

Aproveitar ao máximo as potencialidades regionais em favor da autonomia, conectando os espaços econômicos de produção e consumo e, ainda, possibilitando a indução de regiões mais atrasadas ao desenvolvimento, interligando-as ao mercado (COSTA, 2010, p. 68).

Verdum (2007) define a integração proposta no período como o carro chefe dos projetos *neodesenvolvimentistas*, entendendo o desenvolvimento como o significado de crescimento acelerado, de comércio externo e interno, atração de investimentos, em suma, sendo o próprio mercado. Para ele, tais projetos conformam um sistema orientado pelo paradigma (hegemônico) de integração de todos os povos e culturas dentro de um sistema capitalista de abrangência mundial:

Ao que parece, estamos vivenciando a reprodução de ideias e práticas (recauchutadas) do velho modelo de *desenvolvimento*, no qual as grandes obras de infra-estrutura são os principais vetores de promoção e indução de expansão da fronteira (*frontier*) política e econômica do capitalismo (privado e estatal), para regiões até então relativamente isoladas (*marginais*), e da redefinição de formas de ocupação e exploração de territórios que no passado foram objeto de projetos de *desenvolvimento* ou de *modernização* de processos produtivos (VERDUM, 2007, p. 16).

Na mesma linha, é possível visualizar o território como um espaço de conflitos, uma arena de oposição entre o mercado e a sociedade civil, dentro dos marcos da globalização, características marcantes de nosso tempo, entre um espaço local, vivido por todos os vizinhos e um espaço global, habitado por um processo racionalizador e um conteúdo ideológico de origem distante, “quando se fala em Mundo, está se falando, sobretudo, em Mercado que hoje, ao contrário de ontem, atravessa tudo, inclusive a consciência das pessoas. Mercado das coisas, inclusive a natureza; Mercado das ideias, inclusive a ciência e a informação; Mercado político” (SANTOS, 2005, p. 10).

Inserida nessa realidade, foi pensada a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), que surge da primeira reunião dos 12 presidentes da América do Sul, em Brasília, entre agosto e setembro do ano 2000. Com a Declaração de Brasília, consolida-se a ideia da necessidade de investimentos em infraestrutura de integração<sup>1</sup>, apesar de ser inicialmente bem abrangente, abarcando temas relacionados com democracia, comércio, drogas ilícitas e crimes conexos, bem como informação, conhecimento e tecnologia (IIRSA, 2011, p. 15),

O objetivo principal era a configuração de vários Eixos de Integração e Desenvolvimento para o futuro espaço econômico ampliado da região, com especial atenção para a situação dos países com dificuldades geográficas de acesso marítimo aos mercados internacionais (IIRSA, 2011, p.16).

Tais Eixos de Integração e Desenvolvimento (EID) funcionariam como “pontes” que deveriam conectar “ilhas” do continente, sendo que a integração seria vincular essas “ilhas” por meio de “conexões estratégicas”, na visão de Darc Costa.

A IIRSA responde a três consensos que estruturam a base de atuação da organização: o primeiro referente à necessidade de manter e ampliar a dinâmica de crescimento do mercado intrarregional,

---

<sup>1</sup> A IIRSA representa a consolidação de um projeto que já existia nos anos 1960 e 1970 de desenvolvimento destinado a explorar recursos não aproveitados de regiões de florestas e conectar regiões estratégicas, questões que eram caras aos estrategistas militares brasileiros.

visando ampliar a capacidade de concorrência no mercado global; o segundo da existência de um déficit em infraestrutura e, em particular de integração, decorrente da redução do investimento público nas décadas prévias; e um terceiro que destaca a necessidade de ampliar as facilidades de investimento, com um incremento de fluxos de financiamento público e privado para este tipo de projetos (IIRSA, 2011, p. 49).

Além desses três pontos destacados, o projeto propõe um foco no território, integrando os setores de transporte, energia e comunicações “visando a capitalizar as sinergias existentes para melhorar a logística da produção e do comércio, elevando a competitividade”, mediante a incorporação ativa dos órgãos multilaterais de financiamento (IIRSA, 2011, p. 49), tendo o BNDES um papel de financiador da atuação das empresas brasileiras para a execução dos empreendimentos que interessam ao Brasil nos países vizinhos.

A ideia é não só mostrar o produto e levar a empresa, mas [também] levar junto o financiamento. À medida que colocamos na própria região os nossos produtos de maior valor agregado e os nossos serviços de maior valor agregado, isso custa mais e deve estar calcado em uma política de financiamento bastante ativa (PEREIRA, 2011, p. 162).

Desde 2003, o Brasil já aprovou mais de 80 operações de financiamento por meio do Programa de Financiamento às Exportações do Banco do Brasil (Proex) em garantias do Fundo de Garantia à Exportação (FGE) para países da América Latina e do Caribe. Mais de US\$ 12 bilhões em financiamentos, recursos mais expressivos que os do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) (PEREIRA, 2011).

Com uma carteira de projetos consubstanciada em torno de 514 projetos (PEREIRA, 2011, p. 160), priorizando 31 de grande escala, denominados projetos-âncora, estratégicos para o período 2006/2010, orçados em 6,4 bilhões de dólares (VERDUM, 2007, p. 18), a história da iniciativa é dividida em três momentos: o de fundação entre os anos 2000 (ano da primeira reunião) e 2002 (quando os presidentes voltam a se encontrar para a segunda reunião em Guayaquil, no Equador, em julho); uma segunda fase de planejamento entre os anos 2003 e 2004 (ano da terceira reunião de presidentes em Cusco, no Perú, no mês de dezembro); e a fase de implementação de projetos entre os anos de 2005 e 2010.

O projeto remonta ao início dos anos 1990, quando existia o interesse em construir *Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento* (ENID), de forma a evidenciar o protagonismo brasileiro

frente ao modelo de integração regional representado pela IIRSA, em um cenário de avanço do regionalismo aberto e sob a influência preponderante dos aspectos comerciais. A estratégia geoeconômica brasileira previa:

A construção de um sistema integrado de logística, que garanta a competitividade dos produtos brasileiros no mercado internacional; a incorporação de novas áreas do país à dinâmica do comércio global; e a criação de condições para a consolidação da hegemonia política e econômica do Brasil na América do Sul (VERDUM, 2007, p. 21).

Com uma área de negociações e de atuação amplas, a IIRSA passa a articular diversos atores dentro do projeto de integração regional dos mercados sul-americanos, entre eles: o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), que faz um estudo, a pedido do governo brasileiro, para a instauração da IIRSA em dezembro de 2000, a Corporação Andina de Fomento (CAF), o Fundo Financeiro para o Desenvolvimento da Bacia do Prata (FONPLATA), BNDES, Odebrecht, Petrobrás, Andrade Gutiérrez, Queiroz Galvão, mas também a companhia Vale do Rio Doce (atualmente Vale), a General Eletric (GE) e a América Latina Logística (ALL), conforme ressalta Verdum no trecho:

Há na IIRSA uma confluência de ideias e interesses articulando grupos situados em diferentes espaços institucionais (locais, regionais, nacionais e internacionais), com diferentes aportes à Iniciativa e ao conjunto de obras que a integra (agentes financeiros, governos, agências internacionais, empreiteiras, agências de consultoria as mais variadas, fornecedores de matérias primas, sindicatos e agências de arregimentação de trabalhadores para as obras, instituições de pesquisa e acadêmicas, etc. (VERDUM, 2007, p. 24).

O interesse despertado pelo Brasil em um projeto de integração regional sul-americana aos moldes do proposto com a IIRSA é discutido por diversos autores. Pereira (2011) defende que as necessidades dos países da região são muito parecidas às do Brasil e que isso é um fator que permite a ampliação da atuação das empresas brasileiras no âmbito regional, a partir do momento em que há uma demanda muito grande pela experiência do Brasil e pela sua forma de atuar. Ao citar que 10 das 25 maiores empresas da América Latina são brasileiras, afirma que “a América do Sul é a área natural para a expansão dos negócios das empresas brasileiras que buscam se internacionalizar” (PEREIRA, 2011, p. 157-8).

## **O EIXO BRASIL-BOLÍVIA-PERU DA IIRSA E O NEOEXTRATIVISMO: IMPACTOS DE OBRAS EM TERRITÓRIOS BOLIVIANOS E PERUANOS**

Dos 10 eixos funcionais que compõe a carteira de projetos da IIRSA e cobrem quase todo o continente, seis (1, 4, 5, 6, 7 e o 10) interagem em maior ou menor grau com o território boliviano, que se constitui principalmente uma via de passagem. Neste espaço, busco discutir especificamente o eixo Brasil-Bolívia-Peru por este se encontrar entre os três (Brasil-Bolívia-Peru; Corredor interoceânico central; Hidrovia Paraguai-Paraná) em condições mais críticas em termos de elevados riscos ambientais e sociais (ARISMENDI, 2008, p. 7).

Tal eixo transversal abarca sete departamentos da macrorregião sul do Peru (Tacna, Moquegua, Arequipa, Apurímac, Cusco, Puno e Madre de Dios), dois departamentos amazônicos da Bolívia (Pando e Beni) e quatro estados do noroeste brasileiro (Acre, Rondônia, Amazonas e Mato Grosso), com uma superfície estimada de 3,5 milhões de km<sup>2</sup> (sendo 82% no território brasileiro, 10% no peruano e 8% no boliviano) e uma população de 12,3 milhões de habitantes, sendo o coração da região a tríplice fronteira de Bolívia, Brasil e Peru, habitada por pequenas e médias populações (ARISMENDI, 2008, p. 34).

A IIRSA tem interesse nas significativas reservas de gás natural e na capacidade excedente de energia elétrica que a região proporciona, podendo gerar intercâmbios comerciais com outras regiões vizinhas, Arismendi salienta que: “El pastoreo, la agricultura intensiva mecanizada, la extracción de leña, expansión urbana y la minería han sido los principales agentes de perturbación de los ecosistemas” (ARISMENDI, 2008, p. 37).

Seguindo a mesma linha, Dourado e Thomaz Jr. (2012) destacam a conformação de uma nova geopolítica ligada aos conglomerados agro-químico-alimentar-financeiros, que, impulsionados por terras agricultáveis, água (superficial e subterrânea), mão-de-obra barata e leis ambientais e trabalhistas flexibilizadas, são direcionados a uma disputa por quinhões dos recursos da região latino-americana, em projetos pautados essencialmente pela visão economicista de transformação de tudo em mercadoria.

A construção do Complexo Hidroelétrico do rio Madeira é um exemplo de megaprojeto, vinculado à IIRSA pelo eixo Brasil-Bolívia-Peru e que afeta de maneira direta áreas de Brasil e Bolívia:

Las observaciones sobre la inconsistencia e insuficiencia de los estudios que soportan el proyecto fueron permanentes a lo largo del año 2006. De forma reiterativa, tanto los responsables del estudio como organismos públicos del vecino país manifestaron que los efectos negativos en el lado boliviano serían insignificantes, posición que fue técnicamente rebatida en varias oportunidades (ARISMENDI, 2008, p. 38).

O próprio Instituto Brasileiro do Meio Ambiente (IBAMA) soltou um informe em abril de 2007 paralisando o processo de Licença Prévia, solicitado para a construção de megaprojetos hidroelétricos. Tal posição gerou um esperado mal-estar e descontentamento dos setores interessados economicamente na obra, ou seja, câmaras de comércio e indústria brasileiras, construtoras de infraestrutura, mas também do próprio governo brasileiro que, juntos, fizeram com que a Licença Prévia fosse outorgada e permitisse a continuidade do processo de Licença de Instalação (ARISMENDI, 2008, p. 39).

Dourado e Thomaz Jr. sintetizam o conflito instaurado entre os defensores da implementação de tais megaprojetos e as populações locais, órgãos de defesa do meio ambiente da seguinte forma:

Os megaprojetos desenvolvimentistas geralmente buscam forjar a realidade daqueles que são/serão impactados diretamente por tais empreendimentos, de modo a deslegitimar toda e qualquer ação que venha opor-se à sua execução [...] A concepção de desenvolvimento é usada como retórica para sustentar o planejamento e execução de grandes obras, de modo a anular ou deslegitimar quaisquer ações contrárias à sua implementação (DOURADO; THOMAZ JR., 2012, p. 4).

Costa (2010) afirma que, devido ao legado das relações comerciais com os países industrializados, a mineração é a atividade industrial relativamente melhor desenvolvida na América do Sul e reafirma a necessidade de um avanço nesse setor, mediante estratégia de investimentos, coordenados em escala regional e acordos aduaneiros, dirigidos à proteção das indústrias recém criadas. Em outras palavras, ele acredita que a integração regional na região deve ser um instrumento para a exportação de minérios, produtos agropecuários (sobretudo a soja e a carne) para os crescentes mercados asiáticos.

Como meta, podemos afirmar que é possível triplicar a produção de grãos na América do Sul rapidamente e, para tanto, o maior esforço deverá estar centrado no aumento da área cultivada em pelo menos 50%, além de um substancial ganho de produtividade das terras já cultivadas (COSTA, 2010, p. 52).

Para tanto, a construção de estradas e vias para a integração de mercados é fundamental. Um exemplo é o da construção de três autopistas para a interconexão e o transporte de grãos: o Corredor Norte (ligando Santa Bárbara-Caranavi-Yucumo-Rurrenabaque-Riberalta-Pando); a Rodovia Cuiabá-Santarém; e a Estrada Interoceânica Sul ou Estrada do Pacífico (conectando Rio Branco-Assis-Iñapari e os portos de Ilo e Matarani no Pacífico peruano), de maneira que:

Esta carretera interoceánica Perú-Brasil tiene por propósito conectar la región amazónica de Porto Velho con los puertos de Matarani e Ilo en el Perú, abriendo una extensa región a la explotación de recursos forestales, mineros y al comercio; se prevé la construcción de más de 2.500 km<sup>2</sup> de carreteras (ARISMENDI, 2008, p. 42).

Dito de outra forma, as vias terrestres ou fluviais, portos, terminais não são o fim em si, mas o meio, um instrumento para facilitar e dinamizar a exploração e exportação de produtos, sendo um país como a Bolívia visto como uma região de passagem ao pacífico.

Ao se construir e implementar um corredor vial, três etapas são importantes a serem destacadas: a primeira de projeção e planejamento, quando passa a ocorrer toda uma especulação do entorno da região a ser construída e das potencialidades que a obra pode proporcionar; a segunda de construção da rota, quando há a devastação de regiões, assentamentos e exploração de recursos; e uma terceira etapa posterior à construção, quando ocorre a possibilidade de exploração de novas áreas que se encontram próximas à via, criando núcleos populacionais, ocupação da terra e mudança do uso do solo, o que leva a impactos sobre os ecossistemas (ARISMENDI, 2008, p. 18).

Eduardo Gudynas resalta essa interdependência entre as vias de conexão e os megaprojetos de infraestrutura nos diversos setores: energia, mineração, agropecuária, entre outros,

Uma vez que essas novas estradas dão acessibilidade a zonas isoladas, há pressão para instalar empreendimentos energéticos (como, por exemplo, represas no Rio Madeira), mineração ou exploração petrolífera (como em vários locais da Amazônia peruana ou as tentativas de fazê-lo no Estado do Acre) e usos agrícolas (desmatamento para conversão em áreas de pecuária e agricultura). Uma vez instalados, os colonos e empresas começam a pedir financiamento para promover a exportação (GUDYNAS, 2007, p. 40)

O que sempre é deixado em segundo plano, de maneira proposital, são os impactos ambientais e sociais que tais projetos suscitam, sendo que nos anos de 2007 e 2008 a Bolívia passou pelas maiores inundações de sua história com grandes perdas na região do Beni, mudanças hidrológicas macrorregionais afetando ao menos 20 áreas protegidas na Bolívia, Peru e Brasil, assim como 12 grupos étnicos em condição crítica (ARISMENDI, 2008, p. 39-40). As mudanças climáticas e os desastres relacionados ao efeito *El Niño-La Niña* não entram na conta do *neodesenvolvimentismo* e *neoextrativismo*.

Gandarillas (2014) vai mais fundo na questão do extrativismo. Para ele, a Bolívia vive a “década dourada do extrativismo”, com a ampliação da extração de minérios no século XXI e a exportação de

97% de sua produção, principalmente aos grandes centros econômicos do mundo (aos Estados Unidos 30% e à Ásia 32%). A Bolívia interessa ao mundo também por possuir, em sua região sul (Salar de Uyuni), grandes quantidades de lítio ainda não exploradas, material base para a produção de baterias de aparelhos eletrônicos.

La profundización del extractivismo es evidente. Las exportaciones que más han crecido son la de recursos naturales, hidrocarburos y minerales. Las estadísticas oficiales muestran además un incremento de las exportaciones de la industria manufacturera, sin embargo ateniendonos a los productos que éste rubro contiene observamos el predominio de materias primas como la soya, el girassol, la plata, estaño y el oro metálico (GANDARILLAS, 2014, p. 117).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se trabalhar, neste breve artigo, com elementos que tornam possível uma associação entre a teoria do *neodesenvolvimentismo*, fazendo apontamentos e diferenciações frente à sua herança histórica, e como o governo Lula da Silva utiliza tais referenciais para pensar um modelo de integração regional que tenha como princípio orientador a interconexão física e o crescimento econômico.

Dessa forma, o estudo da IIRSA como mecanismo institucional e coração dos megaprojetos de desenvolvimento e interconexão da região, se mostra como elemento chave para a compreensão e o questionamento acerca de qual tipo de integração regional e a quais interesses específicos, dentro de uma abrangência de atores significativa (Estados, bancos, corporações e fundos financiadores, as construtoras responsáveis pelas obras, as concessionários que administrarão os megaprojetos ou a exploração de recursos) estamos nos referindo.

A dinâmica de utilização do território e dos recursos naturais disponíveis apresenta os projetos de interconexão física como um meio para promover o desenvolvimento econômico e dinamizar mercados. O avanço dos monocultivos de soja e da devastação de ecossistemas para a pecuária extensiva, bem como os interesses de grandes mineradoras, ou de petroleiras, ou da demanda crescente por energia elétrica e os interesses brasileiros em grandes projetos no Peru e na Bolívia, ressaltam o grau de irracionalidade do sentido da integração proposta ou imposta aos povos da América Latina.

Portanto, há que ressaltar os impactos sócio-ambientais resultantes dessa tentativa de conciliar interesses que divergem em sua essência, e que são, portanto, inconciliáveis. Conforme ressaltava Gudynas (2007), interconexão não é (e não pode ser) sinônimo de integração. Deste ponto de vista, entende-se a interconexão como um elemento importante para os processos integrativos, contudo, o artigo busca ressaltar que aspectos políticos, culturais, produtivos vem sendo negligenciados frente aos interesses dos mercados, por uma lógica de imposição da ideologia do desenvolvimento. Romper com tal lógica e pensar em novas concepções de integração não se mostra tarefa fácil, mas fundamental para os intelectuais latino-americanos no século XXI.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARISMENDI, Marco Octavio R. La amenaza del IIRSA en Bolivia. La Paz: LIDEMA, 2008.
- BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O Brasil e o Novo Desenvolvimentismo. Interesse Nacional, Abril/Junho, 2011. Disponível em: [gvpesquisa.fgv.br](http://gvpesquisa.fgv.br). Acesso em: 10/10/2016.
- \_\_\_\_\_. Do antigo ao novo desenvolvimentismo na América Latina, 2010. Disponível em: [bresserpereira.org.br](http://bresserpereira.org.br). Acesso em: 10/10/2016.
- COSTA, Darc. Integrar é desenvolver a América do Sul In: Integração da América do Sul. Brasília: FUNAG, p. 47-70, 2010.
- DOURADO, José Aparecido Lima; THOMAZ JR., Antonio. Projetos Desenvolvimentistas e Disputas Territoriais na América Latina IN XII Coloquio Internacional de Geocrítica - Independencias y Construcción de Estados Nacionales: Poder, Territorialización y Socialización, Siglos XIX-XX, Bogotá, 2012.
- FURTADO, Celso. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. In: Bielschowsky, R. (org.). Cinquenta anos de pensamento da CEPAL, Editora Record, Rio de Janeiro, pp. 241-262, 2000.
- GANDARILLAS G., Marco A. Bolivia: La década dorada del extractivismo. In: GANDARILLAS G., Marco A. (Coord.). Extrativismo: Nuevos contextos de dominación y Resistencias. Cochabamba: Centro de Documentación y Información Bolivia – CEDIB, 2014.
- GUDYNAS, Eduardo. As instituições financeiras e a integração na América do Sul'. In: VERDUM, Ricardo (org.). *Financiamento e Megaprojetos. Uma interpretação Da dinâmica regional sulamericana*. Brasília: Inesc, 2008, p. 21-47.
- IIRSA. IIRSA 10 anos depois: Suas conquistas e desafios. Buenos Aires: BID – INTAL, 2011.
- KATZ, Claudio. Neoliberalismo, Neodesenvolvimentismo e Socialismo. São Paulo: Expressão Popular, 2016.
- PEREIRA, João Mendes. Avanços e desafios da integração da infraestrutura na América do Sul: perspectivas para o desenvolvimento da região. In: ACIOLY, Luciana e MORAES, Rodrigo F. (Orgs.)



Prospectiva, estratégias e cenários globais. Visões de Atlântico Sul, África lusófona, América do Sul e Amazônia. Brasília: IPEA, 2011.

PREBISCH, R. O Desenvolvimento econômico da América Latina e alguns de seus problemas principais. In: Bielschowsky, R. Cinquenta anos de pensamento da CEPAL, Editora Record, Rio de Janeiro, 2000, pp. 69-136.

SANTOS, Fabio Luis Barbosa dos. Neodesenvolvimentismo ou neoliberalismo: integração regional sul-americana e ideologia. Versão disponibilizada pelo autor, 2014.

SANTOS, Milton. O Retorno do Território. En: OSAL: Observatório Social de América Latina. Año 6, nº 6 (jun. 2005). Buenos Aires: CLACSO, 2005.

VERDUM, Ricardo. Obras de infraestrutura no contexto da integração Sul-Americana. In: VERDUM, Ricardo (Org.) Integração, Usinas Hidrelétricas e Impactos Socioambientais. Brasília: INESC, 2007.